

Dinâmicas intergeracionais das condições de vida: um estudo de mobilidade de bem-estar

Juliana Frizzoni Candian

Doutorado – Sociologia

IESP - UERJ

Apresentação

O texto a seguir é um primeiro esboço do meu projeto de doutorado que propõem um estudo de mobilidade social baseado nas condições de vida dos domicílios dos indivíduos. Mobilidade social designa o movimento entre diferentes posições de indivíduos dentro de um determinado esquema de estratificação social. Esse tipo de estudo se caracteriza pela análise da incidência da origem social na determinação das posições atuais dos indivíduos. Uma pequena associação entre a origem e a posição atual é o reflexo de uma estrutura social fluida, enquanto uma maior associação entre as variáveis indicativas de origem social e as atuais posições ocupadas pelos indivíduos indica uma estrutura social mais rígida, que se reproduz e estabiliza a desigualdade (BOADO, 2008: 21). Esses estudos não se limitam a dizer que o destino das pessoas está associado às suas origens. O objetivo das investigações é medir o grau de abertura ou fechamento, por meio da quantificação dessa associação entre origens e destino, o que permite descrever a estrutura e a desigualdade de oportunidades existentes em cada sociedade (RIBEIRO, 2006: 150).

Enquanto os estudos de mobilidade social se dedicam tradicionalmente a investigar a dinâmica das posições sociais representadas pela ocupação no mercado de trabalho, este projeto propõe a investigação das relações entre as condições de vida das famílias de origem dos indivíduos e as suas atuais condições de vida numa dimensão bastante específica: a qualidade dos domicílios sob o aspecto dos bens duráveis disponíveis. Considerar a origem familiar a partir da situação de bem-estar material dos domicílios implica investigar a ocorrência e a transmissão da desigualdade no que se refere aos recursos especificamente econômicos que estão disponíveis aos seus membros, mas indo além da dimensão exclusivamente monetária.

A pesquisa terá um aspecto metodológico forte. Sabe-se que a estrutura desigual de recursos e de oportunidades sociais que se manifesta numa dada etapa do ciclo de vida tende a reproduzir um impacto causal nas etapas seguintes (SILVA, 2003) e, nesse sentido, as variáveis indicadoras da origem social são extremamente relevantes nos estudos sobre desigualdades. Em geral, elas são medidas como a educação ou a ocupação dos pais nos primeiros ciclos de vida dos indivíduos. O índice de condições de vida proposto pode, portanto, contribuir para uma série de estudos sobre desigualdade, ao medir de forma mais robusta a origem social dos indivíduos.

A pesquisa realizada no âmbito do “Instituto do Milênio”¹ inovou ao coletar um conjunto de informações sobre os bens disponíveis no domicílio quando o respondente tinha 15 anos ou estava crescendo (ver anexo). Essas informações sobre os recursos disponíveis no domicílio serão usadas para construir um índice de bem estar a partir da Teoria de Resposta ao Item, a técnica de criação de indicadores que apresentarei adiante. A mesma técnica será usada na construção do índice de bem-estar do domicílio atual, possibilitando a comparação entre os índices e a investigação das relações entre as duas situações.

Sabe-se que nos últimos anos, o aumento da renda média aliado à queda na desigualdade configura uma situação de crescimento favorável às camadas mais pobres da população e essas mudanças se refletem na melhoria das condições de vida também no que diz respeito à qualidade dos seus domicílios. No entanto, será que as pessoas com origens distintas têm oportunidades desiguais de acesso a melhores condições de bem estar? De que forma as características adscritivas como cor ou raça e gênero e característica adquiridas como escolaridade se relacionam às oportunidades de mobilidade ascendente no que diz respeito às condições de vida tal como será tratada? Serão essas as principais questões que pretendo responder ao longo da pesquisa.

Os dados da PNAD 2008 (IPEA, 2009) indicam que houve expansão continuada, entre 1998 e 2008, do acesso aos itens que caracterizam a qualidade dos domicílios e que essa expansão foi acompanhada pela desconcentração, ou seja, o acesso se tornou menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos da população. Mas, embora pareça sustentável a tendência de expansão e desconcentração do acesso a melhores condições de

¹ Survey coordenado pelo prof. Nelson do Valle Silva a partir do IUPERJ e concluído em novembro de 2008 que tem como objetivo geral construir um sistema de indicadores de estratificação e mobilidade social.

vida no que se refere à qualidade do domicílio, esse acesso ainda está longe de ter os níveis desejáveis e ainda é muito concentrado nas camadas mais ricas.

No entanto, os dados disponíveis até hoje não permitem análises que considerem as variações, ao longo do tempo, nas condições de vida da população e como outras desigualdades, como de raça ou gênero, afetam o acesso a melhores condições de vida avaliadas pelo bem-estar disponível. Com a combinação entre os dados produzidos pelo survey do Instituto do Milênio e a técnica que permite considerar adequadamente as variações da disponibilidade de bens ao longo do tempo, ter-se-á uma visão, ao mesmo tempo, do processo constitutivo da estrutura social atual no que diz respeito às condições de vida da população e dos indicadores dos processos pelos quais essa estrutura vem passando.

A noção de bem-estar, no sentido restrito e tal como é usada, em geral, pelos economistas (ver BARROS et alii, 1997; CORSEIL & SERVO, 2001), se refere ao usufruto de bens e serviços obtidos no mercado privado e é indicada pela renda domiciliar *per capita*. A desigualdade é medida pela renda. Aqui, ao contrário da renda, que é um fluxo, o índice proposto, a ser criado a partir dos bens duráveis disponíveis no domicílio, tem sobre essa operacionalização de bem-estar a vantagem de que se refere a um *estoque* durável de bens e recursos e parece razoável supor que esse estoque acumulado tenha impacto nas chances de vida dos indivíduos e na estruturação e reprodução das desigualdades.

Embora não se possa desprezar a dimensão econômica de tal operacionalização de bem estar, a idéia é superar a noção de que ele se resume a um nível adequado de renda. O foco, portanto, se deslocará para os níveis de consumo e, nesse sentido, as referências teóricas do campo da sociologia e antropologia do consumo (por exemplo, CAMPBELL, 2001; HERPIN, 2004; DOUGLAS e ISHERWOOD, 2006; BOURDIEU, 2008) entre outros) terão aplicação bastante proveitosa no avanço da pesquisa e permitirão tratar a noção de bem estar de forma mais ampla e adequada. Ao consumo, atividade econômica e social, atribuem-se diversos sentidos e, portanto, qualificá-lo é fundamental para o avanço da pesquisa.

Entre os economistas são comuns os trabalhos sobre mobilidade de renda (ver CORAK, 2004; SOLON, 2007 e PERO e SZERMAN, 2008), em que se busca avaliar como a renda de uma geração afeta a renda da geração seguinte, tendo em conta características como o consumo dos pais ou o capital humano do filho. Na sociologia, por

outro lado, estudos desse tipo são raros, pois o que têm sido importante são as variações das posições na estrutura social do ponto de vista da estrutura ocupacional. Pesa também o fato de que as informações sobre renda na situação de origem de um indivíduo não podem ser facilmente coletadas. Ao contrário do que acontece com a renda, é possível coletar informações sobre a presença de itens de consumo no domicílio de origem do indivíduo de forma que as condições de vida de origem possam ser comparadas à condição atual permitindo observar como a situação dos indivíduos, do ponto de vista dos recursos econômicos disponíveis nas etapas anteriores do seu ciclo de vida, afeta a distribuição de recursos e de oportunidades na etapa atual.

Nas sessões a seguir, apresento primeiramente uma breve revisão dos conceitos importantes no estudo de mobilidade, destacando os resultados das pesquisas sobre o caso brasileiro, além de alguns apontamentos sobre os limites do modelo de análise da mobilidade social a partir das classes e, por fim, destaco a importância da Teoria de Resposta ao Item para a estimação das medidas de bem-estar que foram propostas.

Breve revisão teórica

Enquanto os economistas se concentram no estudo da mobilidade intergeracional de renda para a compressão da desigualdade, na sociologia a mobilidade social é tradicionalmente tratada como mobilidade ocupacional. Ou seja, a representação da desigualdade socioeconômica se dá a partir da idéia de classes e a mobilidade social é caracterizada como um fluxo de indivíduos entre as posições na estrutura de classes (OSÓRIO, 2009).

A quantidade de mobilidade existente em uma sociedade é consequência de dois efeitos. O primeiro deles é o que refere às mudanças estruturais - disparidades entre distribuições de classe de origem e de destino e que são observadas através das taxas absolutas de mobilidade. A taxa refere-se aos percentuais dos fluxos de entrada e saída na tabela de mobilidade que é consequência do fato de que sempre há diferença entre as distribuições de origem e de destino. Assim, as taxas absolutas de mobilidade descrevem a formação e as variações das classes consideradas (RIBEIRO & SCALON, 2001: 56) e permitem examinar as trajetórias que compõem as transformações da estrutura. O segundo efeito tem a ver com o do grau de associação entre classe de origem e classe de destino (desigualdade de oportunidades), que pode ser mensurado pelas taxas relativas de

mobilidade. Estas são representadas pelas razões de chances obtidas pelos modelos log-lineares e que descrevem o grau de associação entre as classes de origem e de destino, ou seja, permitem identificar o grau de fluidez social da estrutura de classes. As razões de chance são uma medida das desigualdades de oportunidades de um determinado sistema de estratificação, uma vez que indicam quais as chances de indivíduos das classes mais baixas têm de ascender às classes mais altas do sistema; quando as chances são mal distribuídas, pode-se dizer que a classe de destino está fortemente associada à classe de origem. (RIBEIRO & SCALON, op. cit.: 58).

Os primeiros estudos empíricos sobre mobilidade datam da década de 1940 nos países desenvolvidos. Desde então, os trabalhos de Blau e Duncan (1967), Featherman, Jones e Hauser (1975), Goldthorpe et alli (1987), Erikson e Goldthorpe (1993) e Wright (1997), de fortes implicações teóricas e metodológicas, formatam a agenda de estudos sobre mobilidade social e ocupacional.

Em um estudo já clássico da estrutura ocupacional norte-americana, Blau e Duncan (op. cit) enfatizam a importância de considerar o efeito de um conjunto de variáveis no processo de estratificação social. Esse tipo de análise, que ficou conhecido como *path analysis*, é uma perspectiva multivariada dos determinantes da estratificação e dependeu da criação de um índice sócio-econômico de ocupações.

Featherman et alli (op. cit.) se dedicaram ao problema da convergência dos níveis de mobilidade social: suas conclusões empiricamente sustentadas mostram que não há diferenças entre nas taxas relativas, ou na fluidez entre as categorias, dos países industrializados ao longo do tempo.

A obra de John Goldthorpe é mais sistemática na área. Suas análises estabeleceram o debate de mobilidade social, sob o aspecto da fluidez das estruturas sociais, na arena dos estudos de desigualdade, por se preocuparem em estimar ‘quanta oportunidade’ teve um indivíduo de determinada origem (social ou geográfica) e de tal coorte, frente aos outros e avaliar, em função da mobilidade, o aumento ou a diminuição da desigualdade relativa (BOADO, op. cit.: 36). Em suas principais conclusões, resultado da análise da mobilidade em diversos países, corrobora com os achados de Featherman et alli (op. cit.) de que o taxas da associação entre origem e destino ou o regime de fluidez não variam substancialmente.

Wright (op. cit.) propôs um modelo mais complexo de análise de mobilidade, denominado “análise de permeabilidade social”, em que procura identificar quais os

elementos, dentre os que podem alterar a forma como as pessoas atravessam ou não as fronteiras de classe, teriam capacidade explicativa sobre a mobilidade. Seus resultados são, para o conjunto de países que ele analisa, que as fontes de permeabilidade para mobilidade social não são as mesmas.

No Brasil, pesquisas como as de Scalon (1999) e Ribeiro (2003, 2007) indicam que houve um aumento no grau de fluidez social da estrutura de classes, demonstrada pelo aumento da mobilidade descendente que indica maior competição pelas posições; apontam também que a variação relativa no tamanho das classes torna cada vez maior o recrutamento das elites nas classes mais baixas e que a mobilidade é maior a curta distância (entre as categorias ocupacionais adjacentes). Mas, embora a fluidez social esteja aumentando, ela ainda é menor que em diversos países com as mesmas características de industrialização recente (RIBEIRO et al, 2001).

Em estudo recente, Ribeiro (2006) trata da associação entre a classe de origem e a cor da pele sobre as chances de mobilidade social ascendente no Brasil. Utilizando modelos log-lineares e logit multinomial condicional (que permite incluir mais variáveis – no caso, raça, classe de origem e escolaridade – para a análise das chances relativas de mobilidade), as principais conclusões encontradas pelo autor foram que: primeiramente, a desigualdade racial nas chances de mobilidade existe apenas entre os indivíduos de origem nas classes mais altas. Homens brancos, pretos e pardos com origem nas classes mais baixas têm chances semelhantes de mobilidade social. Por outro lado, indivíduos de diferentes cores ou raças com origens nas classes mais altas têm chances de imobilidade e de mobilidade descendentes distintas: para os brancos a chance de imobilidade no topo da hierarquia, ou seja, entre as posições sociais mais valorizadas, é maior, enquanto para pretos e pardos, a chance de mobilidade descendente é maior.

Em segundo lugar, com relação à aquisição de educação formal, que é um dos principais fatores de mobilidade social, as análises de Ribeiro apontaram para a existência de desigualdade em termos de raça ou cor e de classe de origem nas chances de completar as transições educacionais consideradas², no entanto, essas chances são diferentes: a desigualdade em relação à classe é sempre maior que a de raça, especialmente nas primeiras transições. Nas últimas transições, que se referem à entrada e permanência no

² O autor considera as seguintes transições: 1) entrada na escola; 2) completar com sucesso a 4ª série do Ensino Fundamental; 3) completar com sucesso a 8ª série do Ensino Fundamental; 4) completar com sucesso o Ensino Médio; 5) entrar na universidade; 6) completar a universidade. Os indivíduos que completam uma transição são comparados com os que completaram a transição anterior.

ensino superior, a desigualdade de raça é semelhante à desigualdade de classe. E por fim, combinando escolaridade alcançada, raça e classe conjuntamente nos seus efeitos sobre a chance de mobilidade ascendente, os resultados corroboram os anteriores: com a mesma alta escolaridade (mais de 12 anos), brancos têm maiores chances de mobilidade ascendente que não brancos.

E para o caso das condições de vida, avaliadas em termo dos bens duráveis disponíveis às famílias? Os padrões de interação entre raça, classe e escolaridade seriam os mesmos? Não há dúvida que houve melhoras no agregado das condições de vida mas não há investigações sobre a estrutura e a reprodução das condições de vida no Brasil do ponto de vista das suas transmissões entre as gerações.

Ao deixar de lado as formas consagradas de representação da estrutura social por meio das classes, a pesquisa propõem compreender as desigualdades sociais para além do mercado de trabalho, enfatizando como os bens possuídos pelos indivíduos em determinado momento da vida afetam sua trajetória. Não se trata, obviamente, de uma corrida metodológica para dizer qual a dimensão das desigualdades é mais importante na determinação das desigualdades sociais, mas de reconhecer que são vários os fatores relevantes para a sua compreensão.

Em sua síntese a respeito das classes sociais e o modelo de representação da desigualdade que as tem como base, Osório (2009: 97 e seguintes) aponta para o que ele chama de “crise” desse modelo. De maneira resumida, o que indica o autor é que os modelos sociológicos da estratificação são acusados de não representarem apropriadamente a desigualdade nas sociedades que emergem da sociedade industrial avançada, muitas vezes identificada como sociedade de consumo.

O que parece haver é uma heterogeneização do retorno social aos que desempenham ocupações, assim como as atitudes e os comportamentos dos membros dos grupos ocupacionais. A ocupação estaria, portanto, perdendo seu poder de representar o resultado da desigualdade. A posição de indivíduo e a estrutura de desigualdade passam a ser definidos por uma combinação variada de recursos e as categorias sociológicas tradicionais, como classe, raça ou gênero, já não servem como determinantes das escolhas individuais. A transição das sociedades industriais avançadas para as sociedades de consumo de massa³, tornou os sistemas sociais mais abertos e flexíveis e a capacidade de consumo se converteu em um indicador fundamental da posição social, que é, nesse

³ Essa transição precisa, certamente, ser problematizada no decorrer da pesquisa.

sentido, mais bem representada por algum indicador de consumo. Seguindo a crítica à análise da mobilidade social pela mobilidade ocupacional aqui sumariamente apresentada, o estudo das dinâmicas intergeracionais de desigualdade por meio dos bens adquiridos pelos indivíduos ao longo da sua trajetória de vida pode levar a contribuições mais consistentes para os estudos sociológicos de mobilidade social.

Aspectos metodológicos: uso da Teoria de Resposta ao Item na construção do indicador de condição dos domicílios

Nas pesquisas com dados do tipo quantitativo, é comum o interesse em estimar e avaliar variáveis latentes, ou seja, características dos indivíduos que não são diretamente observadas. Esse é o caso, por exemplo, da habilidade cognitiva de um aluno, da condição sócio-econômica, das condições de bem-estar de um domicílio como o que se pretende estimar. Essas variáveis são abstrações teóricas medidas através de escalas que, em geral, são produzidas a partir de instrumentos, como uma prova ou um questionário. A variável latente pode ser estimada a partir de variáveis observadas a ela relacionada (SOARES, 2005: 84).

Existem diversas técnicas que permitem obter as medidas das variáveis latentes, comumente divididas entre as técnicas clássicas, onde o instrumento (a prova ou o questionário) como um todo é fundamental na obtenção do resultado (e por isso só podem ser comparados indivíduos submetidos às mesmas provas ou questionários); e a técnicas baseadas na TRI, onde o que é central são os itens que compõem a prova e não a prova com um todo, o que permite comparações mais amplas. Essa característica da Teoria de Resposta ao Item que mais interessa para a criação do índice proposto, pois possibilitará comparar indivíduos cujos itens de bem estar disponíveis, que eles podiam ter ou não, são em número diferente ao longo do tempo.

No Brasil, desde o começo da década de 1990, especialmente na área das avaliações educacionais, tem crescido o interesse pela aplicação de técnicas derivadas da TRI. Desde os trabalhos pioneiros de Lord (1952), Rasch (1960) e Birnbaum (1968), essa teoria tem tido um notável avanço teórico, com a incorporação de novos modelos que ampliam as possibilidades de aplicação (SOARES, 2005: 88), além do desenvolvimento de recursos computacionais que facilitam sua operacionalização. Para a criação de indicadores

da condição sócio-econômica, no entanto, a utilização da TRI é bem mais recente, aparecendo inicialmente no trabalho de Fletcher (1998).

Falando de forma ampla, a TRI é formada por um conjunto de modelos onde a probabilidade de resposta a um item é modelada como função da variável latente, não observada, e de parâmetros (que expressam certas propriedades) do item. Ou seja, a TRI propõem modelos para estimar variáveis latentes a partir da relação entre a probabilidade de, no caso da pesquisa a ser desenvolvida, um indivíduo possuir determinado bem e a sua condição sócio-econômica.

Soares (op. cit.: 84) destaca que a TRI tem pelo menos quatro vantagens sobre as técnicas clássicas de medidas: primeiro, permite uma análise mais acurada de cada item que compõem o instrumento de avaliação, levando em conta suas características na produção das escalas; em segundo lugar, facilita a interpretação da escala produzida e permite conhecer os itens envolvidos diretamente na informação da escala de valores; em terceiro lugar, a TRI permite um tratamento natural dos casos faltantes, pois emprega apenas os itens respondidos na estimação da variável latente quando há ausência de resposta, o que implica um maior aproveitamento dos casos e informações disponíveis; e por fim, permite comparar populações, desde que haja itens em comum, ou comparar indivíduos da mesma população, mesmo se submetidos a itens diferentes. Isso a torna especialmente útil aos sistemas de avaliação educacional, que tem entre seus principais objetivos comparar resultados entre diferentes séries, disciplinas e anos, seja para monitorar os resultados, seja para propor políticas educacionais relevantes.

Como exemplo, pode-se considerar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, uma pesquisa bianual que envolve alunos da 4ª série e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do ensino médio, avaliados nos conteúdos de língua portuguesa ou matemática. Desde 1995, a pesquisa utiliza escalas produzidas por modelos baseados na TRI, o que permite comparar os resultados ao longo dos anos (desde 1995), entre as séries (4ª, 5ª e 3ª) e entre os conteúdos (língua portuguesa e matemática). Os resultados das provas são equiparados por meio dos métodos de *equalização*, que consistem em colocar parâmetros de itens de diferentes provas na mesma métrica ou escala comum, tornando as habilidades passíveis de serem comparadas. Existem vários tipo de equalização, mas só um conhecimento mais aprofundado da estrutura de distribuição dos itens e da própria TRI é que permitirão escolher entre esses tipos.

O que importa destacar é que, para o caso do índice do bem-estar do domicílio que se pretende construir, essa possibilidade de equalizar resultados de indivíduos que responderam a itens diferentes é fundamental. Como os indivíduos viveram em anos diferentes, deve-se considerar que a ausência de determinado bem no domicílio se deve não apenas a piores condições de bem-estar, que é o resultado a que se chegaria com o uso das técnicas convencionais de produção de escalas, mas também pela raridade ou mesmo inexistência do bem na época considerada. A idéia é não “punir” o indivíduo, atribuindo-lhe um menor valor do índice, pelo fato de que ele não dispõe de um bem que não poderia dispor; porque ao fazer isso, estaríamos subestimando a qualidade dos domicílios ao longo do tempo. Além disso, deve-se ter em mente que, ao longo dos anos, pode diminuir a capacidade de *discriminação* de um item na escala de bem-estar (ou seja, indivíduos com condições de vida muito diferentes, passam a ter a mesma probabilidade de ter o item), o que pode ser captado pela implementação de modelos baseados na TRI.

A capacidade de discriminação do item ao longo da escala é um dos parâmetros dos itens que são estimados a partir do modelo. Outro parâmetro estimado é o chamado parâmetro de *dificuldade*, que é tanto maior quanto maior é a habilidade exigida (no caso do índice de condição de qualidade do domicílio, exige maior qualidade) para uma mesma probabilidade de ter o item. O processo de estimação dos parâmetros dos itens é uma das etapas mais importantes da TRI e é chamado de *calibração*. Existem alguns métodos de calibração, que têm vantagens e desvantagens. Por hora, não é possível dizer qual seria o método mais adequado, basicamente porque, em geral, a calibração é feita junto com a equalização.

Ainda não é possível ter clareza do tipo de modelo que será utilizado, porque será preciso um aprofundamento teórico e técnico para sua implementação, mas qualquer que seja ele, deverá expressar a seguinte relação: quanto maior o índice de bem-estar, maior a probabilidade de o indivíduo ter um determinado item. A escolha do modelo, de acordo com a literatura, depende de três fatores. O primeiro é a natureza dos itens envolvidos. Um segundo fator se refere ao número de grupos envolvidos. No exemplo do SAEB, cada série, ano e conteúdo, formam um grupo: há o grupo da 4ª série de 2003 em matemática, da 8ª série de 2005 em língua portuguesa, etc.

Por fim, o terceiro fator relaciona-se ao número de traços ou variáveis latentes que o conjunto de itens mede. Para o caso das avaliações educacionais, consideram-se itens que meçam apenas a latência da habilidade cognitiva em relação aos conteúdos avaliados e

os modelos usados são os modelos unidimensionais. No caso do índice proposto, espera-se que o conjunto de itens refira-se unicamente à condição do bem-estar do domicílio, no entanto, isso é questão que depende de investigação.

Ainda que estejam indefinidos os modelos e os processos de estimação que serão utilizados, parece que as técnicas disponíveis a partir da TRI possibilitarão a construção de um índice que expresse adequadamente a condição de bem estar dos domicílios, tanto para a origem, contribuição mais importante para a análise das transmissões intergeracionais de desigualdade, quanto para situação atual do indivíduo⁴, permitindo responder as questões propostas inicialmente. Uma vez estimados os índices, será possível investigar os padrões de associação entre eles e como as variáveis adscritivas impactam a sua distribuição ao longo do tempo.

Como apontado acima, os modelos log-lineares são os mais comuns nos estudos de mobilidade, pois permitem medir a fluidez da estrutura social, tendo em conta outros fatores, além da origem, que podem intervir na forma como os indivíduos cruzam ou não as fronteiras de classe. No entanto, como os índices resultantes dos modelos baseados na TRI são contínuos, os modelos para esse tipo de variável também poderão ser usados porque, em geral, têm interpretação mais simples e permitirão descrever mais facilmente a associação entre origem e destino de condição de bem estar, controlando pelas demais variáveis de interesse.

Por hora, o que importa destacar é que a idéia é explorar as vantagens da TRI na construção de uma medida inédita de origem social que deverá ser comparada à situação atual do indivíduo no que se refere à sua condição de vida sob o aspecto dos bens de consumo e conforto, permitindo, por meio da mensuração dessa associação entre origem e destino, descrever a estrutura e a desigualdade de oportunidades existentes na sociedade brasileira.

Anexo

Questões sobre os bens disponíveis no domicílio de origem do indivíduo (quanto tinha 15 anos ou estava crescendo)

⁴ Um problema que ainda depende de maior conhecimento da técnica para sua solução é que os itens em comum entre as gerações (ou grupos) e que de fato serão usados na estimação do índice são poucos e seu comportamento ao longo do tempo é conhecido: pela sua popularização, vão perdendo a capacidade discriminatória.

228. Quando você tinha em torno de 15 anos, ou estava crescendo, seus pais (ou responsáveis, pessoas com quem vivia) possuíam algum destes bens? ENTREVISTADOR: Caso o entrevistado não saiba, peça uma estimativa: se a resposta for: estimo que sim marque 3 e se for: estimo que não marque 4

1 – Sim	3 – Estima que sim
2 – Não	4 – Estima que não

<input type="checkbox"/> Uma empresa ou negócio (dono ou sócio)	<input type="checkbox"/> Ações, aplicações financeiras
<input type="checkbox"/> Alguma propriedade que alugavam	<input type="checkbox"/> Caderneta de Poupança
<input type="checkbox"/> Uma segunda casa, casa de campo ou de veraneio	<input type="checkbox"/> Conta corrente em Banco
<input type="checkbox"/> Um terreno, sítio ou fazenda	<input type="checkbox"/> Automóvel de trabalho (táxi, van, caminhão)
<input type="checkbox"/> Animais de criação	<input type="checkbox"/> Automóvel de passeio
(não incluir animais domésticos: cães, gatos, etc.)	

229. Quando você tinha em torno de 15 anos, ou estava crescendo, a casa em que você vivia tinha alguma das características ou bens abaixo? ENTREVISTADOR: Caso o entrevistado não saiba, peça uma estimativa: se a resposta for: estimo que sim marque 3 e se for: estimo que não marque 4

1 – Sim	3 – Estima que sim
2 – Não	4 – Estima que não

<input type="checkbox"/> Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Ar condicionado / aquecedor de ar
<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Máquina de lavar roupa
<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Microcomputador
<input type="checkbox"/> Geladeira	<input type="checkbox"/> DVD/vídeo cassete
<input type="checkbox"/> Ventilador	<input type="checkbox"/> Freezer (isolado ou não)
<input type="checkbox"/> Toca disco/ CD player	<input type="checkbox"/> Parabólica ou TV à cabo
<input type="checkbox"/> Microondas	<input type="checkbox"/> Computador ligado à internet
<input type="checkbox"/> Batedeira/ liquidificador	<input type="checkbox"/> Telefone fixo
<input type="checkbox"/> Moto	<input type="checkbox"/> Telefone celular

Fonte: Survey Instituto do Milênio – Dimensões sociais da Desigualdade

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Dalton F. “Comparando desempenho de grupos de alunos por intermédio da Teoria de Resposta ao Item”. In: *Estudos em Avaliação Educacional*, nº 23, 2001.

ANDRADE, Dalton F.; VALLE, Raquel da C. “Introdução à Teoria da Resposta ao Item: conceitos e aplicações”. In: *Estudos em Avaliação Educacional*, nº 18, 1998.

BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane S. P.; DUARTE, Renata P. N.; *Bem-estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão nº 454) Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>.

BIRNBAUM, A. “Some Latent Traits Models and Their Use in Inferring an Examinee’s Ability”. In: LORD, F. M.; NOVICK, M. R. (ed). *Statistical Theories of Mental Test Scores*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1968.

BLAU, Peter.; DUNCAN, Otis. *The American Occupation Structure*. N.Y: Free Press, 1978.

BOADO, Marcelo. “La tradición sociológica acerca de la movilidad socioocupacional”. In: *La Movilidad Social en el Uruguay Contemporáneo*. Rio de Janeiro/Montevideo: IUPERJ/Universid de la Republica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusc; Porto Alegre: Zouk, 2008.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CORAK, Miles (ed). *Generational Income Mobiliy in North America and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DOUGLAS, Mary., ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ERIKSON, Robert.; GOLDTHORPE, John H. *The Constant Flux. A Study of Social Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

FEATHERMAN, David., JONES, F. L., HAUSER, Robert. “Assumptions of Social Mobility Research in the US: the Case of Occupational Status”. *Social Science Research*, vol. 4, nº 4, 1975.

FLETCHER, P. R. *À procura do ensino eficaz*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Relatório Técnico), 1998.

GLASS, D. V. *Social Mobility in Britain*. London: Routledge & Keegan Paul: 1954.

GOLDTHORPE, John.; LLEWELLYN, Catriona.; PAYNE, Clive. *Social Mobility and Class Structure in modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

HERPIN, Nicolas. *Sociologie de la Consommation*. Paris: Éditions La Découvert, 2004.

HOUT, Michael.; DiPRETE, Thomas. “What we have learned: RC28’s Contributions to Knowledge about Social Stratification”. *Working Paper*. Berkeley, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). *PNAD 2008: Primeiras Análises*. Brasília: IPEA, 2009. (Comunicado da Presidência nº 30) Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma S. “Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora”. In: *Em Aberto*, nº 66, vol. 15, 1995.

LORD, Frederic M. “A Theory of Test Scores”. In: *Psychometric Monography*, vol. 7, 1952.

OSÓRIO, Rafael. *A desigualdade racial de renda no Brasil* (tese de doutorado). Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

PERO, Valéria.; SZERMAN, Dimitri. “Mobilidade intergeracional de renda no Brasil”. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 38, nº 1, 2008.

RASCH, G. *Propabilistic Models for Some Intelligence and Attainment Tests*. Copenhagen: Institute for Educational Research, 1960.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2007.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. “Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil”. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 49, nº 4, 2006.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. “Estrutura de classe, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. In: HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa.; SCALON, Maria Celi. “Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada. In: *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 44, nº 1, 2001.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SILVA, Nelson do Valle. “O esquema analítico e a classificação ocupacional”. In: HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson do Valle. *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SILVA, Nelson do Valle. “Mobilidade Social”. In: MICELI, Sérgio. *O que ler nas Ciências Sociais brasileiras*. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 2003.

SOARES, Tufi Machado. “Utilização da Teoria de Resposta ao Item na produção de indicadores sócio-econômicos”. In: *Pesquisa Operacional*, vol. 25, nº 1, 2005.

SOLON, Gary. “Intergenerational Income Mobility”. In: GRUSKY, David B. (ed.). *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. Boulder: Westview Press, 2007.

THOMPSON, E. P. “The Making of the English Working Class: Standards and Experience”. In: TAYLOR, Arthur (ed.). *The Standard of Living in British in the Industrial Revolution*. London: Methuen e Co LTD, 1975.

VALLE, Raquel da Cunha. “Teoria de Resposta ao Item”. In: *Estudos em Avaliação Educacional*, nº 21, 2000.

VALLE, Raquel da Cunha. “A construção e a interpretação de escalas de conhecimento”. In: *Estudos em Avaliação Educacional*, nº 23, 2001.

VALLE, Raquel da Cunha. “Comportamento Diferencial do Item: uma apresentação”. In: *Estudos em Avaliação Educacional*, nº 25, 2002.

VEBLLEN, Thorstein. *Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. In: *Os economistas*. Sao Paulo: Nova Cultural, 1987.

WRIGHT, Eric O. *Class Counts. Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.